



Petroluta

JORNAL DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS E
DERIVADOS DE PETRÓLEO
NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sede Central
R. Carlos Petit, 261 - Vl. Mariana
São Paulo - SP - Fone/Fax: (11) 5549-1244
e-mail: sipetrol@terra.com.br

Subsede Guarulhos
R. José B. de Medeiros, 144
Guarulhos - SP - Fone: (11) 2409-3024
email: sipetrol1@terra.com.br

Subsede Jundiaí
Av. Fernando Arens, 901
Vila Arens II - Jundiaí - SP
Fone: (11) 4817-1621

Subsede Osasco
R. Gasparino Lunardi, 314 - Km 18
Osasco - SP - Fone: (11) 3681-7619
e-mail: sipetrolasasco@terra.com.br

Subsede Bauru
Rua Beirut, 4-77
Vila Seabra - Bauru - SP
Fone/Fax: (14) 3232-3260

Subsede Piracicaba
R. Aferees José Caetano, 1944 - Centro
Piracicaba - SP
Fones: (19) 3434-3432 (19) 3434-3834

Subsede Sorocaba
Av. Octavio Augusto Rangel, 1209
Jd. Toledo - Votorantim - SP
Fone: (15) 3343-2852

Nº 143
Janeiro 2011

Editorial Pág. 02

Mar tranquilo a vista

Economia Pág. 02

Correção do salário mínimo

Censo 2010 Pág. 02

População teve aumento de 20,9 milhões

Petrobras Pág. 03

Adiantamento de PLR é conquistada

Revendedores Pág. 03

Atenção para o acordo de setembro no interior e capital

SHV Pág. 03

Empresa demite funcionário após cirurgia

HOMOLOGNET Pág. 04

Conheça as novas regras para rescisões contratuais

João Faísca Pág. 04

Especial sobre enchentes

■ Campanha Salarial 2010/2011

Fechado acordo Sindicom

Em assembléia realizada no último dia 20 de janeiro, os trabalhadores resolveram aprovar a pauta apresentada pelo Sindicom para celebração de nova Convenção Coletiva de Trabalho, com vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

A negociação, como sempre foi dura. Os patrões não queriam ceder

nenhum milímetro em favor dos trabalhadores. Mesmo com as dificuldades, vale destacar que o nosso Sindicato, juntamente com a Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo e à Fetramico, conseguiram um aumento para o abono da ordem de 20% e para a cesta

básica de 25% em relação ao ano anterior.

“Isso mostra que, sempre e cada vez mais, devemos estar unidos e mostrar que podemos também endurecer caso os patrões resolvam avançar sobre os nossos direitos”, afirma Valdenir da Cruz, companheiro do Sipetrol.

Veja os itens aprovados:

■ Correção Salarial:

- Salários até R\$ 8.455,00, já incluído o adicional de periculosidade, quando devido – 8%.
- Salários acima de R\$ 8.455,00, já incluído o adicional de periculosidade, quando devido – parcela fixa de R\$ 676,40.

■ Abono Especial:

- Salários até R\$ 5.538,80, já incluído o adicional de periculosidade, quando devido – R\$ 1.800,00

■ Vale Alimentação/Cesta Básica:

- Salários até R\$ 3.000,00, já incluso o adicional de periculosidade quando devido – R\$ 200,00

■ Demais Cláusulas da CCT vigente

- Reajuste de 8%
- Adicional por Tempo de Serviço – Mínimo - § 1º R\$ 441,00
- Auxílio Creche - R\$ 461,00
- Auxílio Acompanhante – R\$ 279,00
- Auxílio ao Dependente Excepcional - R\$ 555,00
- Auxílio Funeral - R\$ 2.381,00
- Vale Refeição – R\$ 22,14
- Bolsas de Estudo - R\$ 314,00
- Manutenção das demais cláusulas e condições da CCT vigente

“Vale ressaltar a atuação da bancada profissional no curso das negociações, marcada pelo companheirismo entre todos os seus integrantes e o efetivo empenho na defesa dos interesses da categoria”, afirmou José Martins dos Santos, presidente da Fepetrol-SP.





A austeridade, combinada com a visão “pé no chão” de desenvolvimento é que vai conduzir o país no mar relativamente tranqüilo em que o presidente Lula deixou o leme.

José Floriano
Presidente

Mar tranquilo à vista

As estimativas para 2011 no Brasil, em termos gerais, são boas, mas que ninguém espere euforia e descontrole em obras e projetos que mexam demasiadamente com a economia. Dilma é firme, como mostra em atitudes e opiniões, e assim vai conduzir a economia, principalmente com os gastos públicos. A austeridade, combinada com a visão “pé no chão” de desenvolvimento é que vai conduzir o país no mar relativamente tranqüilo em que o presidente Lula deixou o leme.

Espera-se um crescimento médio de 5,9% já para este ano. A perspectiva leva em conta os projetos da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC) e representam 1,9 ponto percentual a mais que a média do crescimento da economia nos oito anos do governo Lula e 4,2 pontos percentuais acima da média do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso.

Trata-se de uma perspectiva de crescimento sustentável, com inflação sob controle, redução da dívida e aumento de reservas, além da ausência de desequilíbrios macroeconômicos.

Para que a inflação nem os juros surpreendam neste ano, o governo intensificará o esforço fiscal, reduzindo consideravelmente os gastos.

A estimativa de crescimento otimista e realista está alicerçada numa conjuntura econômica baseada na

geração de cerca de 15 milhões de empregos formais na gestão Lula, com progressão da classe social das famílias. Além disso, a promessa de erradicação da pobreza extrema foi feita por Dilma enquanto ainda era candidata e, nos primeiros dias de seu governo, foi reforçada com a confirmação do lançamento de um PAC para a erradicação da miséria.

Com a economia em dia, não faltará atenção para as áreas de saúde, principalmente na prevenção de epidemias como foi no caso da gripe A e da dengue; educação, segurança, como no caso do apoio do Exército no combate ao narcotráfico, e principalmente o combate à corrupção.

Economia

Governo debate com sindicalistas correção do imposto de renda e reajuste do mínimo

O governo tem discutido com os sindicalistas duas reivindicações que atingem em cheio os trabalhadores: correção da tabela do Imposto de Renda retido na fonte e o reajuste do salário mínimo.

As centrais sindicais defendem um mínimo maior de os R\$ 545 já acenados pelo governo e também um reajuste maior do que os 4,5% para o IR, oferecido pelo Planalto.

Esses temas e outro assunto relevante - o aumento de 10% para os aposentados - serão discutidos na

próxima reunião com os sindicalistas, marcada para quarta-feira, 2 de fevereiro.

Segundo o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral), "a tendência do governo" é trabalhar com uma correção de 4,5% --núcleo da meta de inflação durante o governo Lula.

Já sobre o salário, embora o governo tenha mantido a proposta de R\$ 545, deixou indicado, segundo relato de representantes das centrais, que o Congresso poderá ser o fórum para a discussão do valor final. A proposta a

ser enviada pelo governo ao Congresso será de R\$ 545, segundo o ministro. O governo está amparado no cumprimento de acordo firmado com as centrais em 2007, pelo qual o reajuste do salário mínimo seria calculado sempre pela variação do PIB de dois anos antes, mais a variação da inflação do ano anterior.

"Esse é um governo que cumpre acordos", afirmou Gilberto Carvalho.

Ao mesmo tempo em que se manteve firme na discussão sobre o valor do mínimo, o governo se comprometeu a enviar para o Congresso uma medida provisória formalizando a regra atual de reajuste até 2015. A promessa foi bem recebida pelas centrais.

Censo 2010

Brasil possui 190,7 milhões de pessoas

Há 3,9 milhões de mulheres a mais que homens; censo 2010 mostra que houve um aumento de mais de 20,9 milhões de pessoas em 10 anos

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em dezembro o primeiro resultado do Censo 2010. Os dados apontam que a população brasileira chegou a marca de 190.732.694 milhões.

O censo 2010 começou em agosto e foi concluído no 31 de outubro, período em que os recenseadores percorreram 5.565 municípios. O re-

sultado mostra que a população cresceu 12,3% nos últimos dez anos. Em comparação com o Censo 2000, houve um aumento de 20.933.524 pessoas.

Conforme o levantamento, a população brasileira é hoje mais urbanizada que há 10 anos: em 2000, 81% das pessoas viviam em áreas urbanas, agora são 84%.

Impacto da correção

De acordo com a Receita Federal, o impacto da correção da tabela depende do texto aprovado. Como se trata de uma alteração que vai beneficiar o contribuinte, reduzindo o valor que ele terá descontado na folha de pagamento, a medida pode ser editada com efeito retroativo a janeiro. Os sindicalistas argumentam haver uma desatualização de 71,5% na tabela do IR, levando-se em conta o período de janeiro de 1995 a dezembro de 2010.

Novos limites

O governo admite corrigir em 4,5% as faixas de cobrança do imposto, elevando em pouco mais de R\$ 67,00 o limite de isenção, para R\$ 1.566,61. Veja como é hoje e como ficará a tabela, caso a proposta do governo seja mantida.

| Tabela atual | Alíquota |
|----------------------------------|----------|
| Faixas salariais | |
| Até R\$ 1.499,15 | Isento |
| De R\$ 1.499,16 até R\$ 2.246,75 | 7,5 % |
| De R\$ 2.246,76 até R\$ 2.995,70 | 15,0% |
| De R\$ 2.995,71 até R\$ 3.743,19 | 22,5% |
| Acima de R\$ 3.743,19 | 27,5% |

| Corrigida em 4,5% | Alíquota |
|----------------------------------|----------|
| Faixas salariais | |
| Até R\$ 1.566,61 | Isento |
| De R\$ 1.566,62 até R\$ 2.347,85 | 7,5% |
| De R\$ 2.347,86 até R\$ 3.130,50 | 15% |
| De R\$ 3.130,51 até R\$ 3.911,63 | 22,5% |
| Acima de R\$ 3.911,63 | 27,5% |

Aconteceu

Fique por dentro das principais notícias dos fatos que ocorreram durante os meses de dezembro e janeiro.

Sindicato conquista adiantamento da PLR na Petrobras Distribuidora

Conforme negociações para o fechamento do ACT 2010/2011, a Gerência de Recursos Humanos da BR fez a sua proposta para pagamento do adiantamento da PLR 2010.

A proposta estabelece piso de R\$ 7.176,65 para os empregados até o nível 457-A e garantia de mínimo de 0,76 de uma remuneração normal.

O piso foi 18% superior ao que foi conquistado no ano passado, e o pagamento do adiantamento foi realizado no dia 19/01/11, conforme o seguinte compromisso assumido e di-

vulgado pela BR com os dizeres: "PLR 2010 – compromisso de distribuir os valores nas mesmas condições e em até 7 dias úteis após as datas de pagamento da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras", quando da apresentação da proposta para fechamento do acordo 2010/11 aprovada pelos empregados em assembleias.

A Cia. também assumiu o compromisso de agendar ainda para este mês a primeira rodada de negociações para o retorno do ATS.

Atenção, trabalhadores das revendas da Capital e Interior para o cumprimento do acordo

O nosso Sindicato solicita aos trabalhadores das revendas de GLP (Capital e Interior) que fiquem atentos com o acordo que foi fechado em Setembro, principalmente a PLR (Participação nos Lucros e/ou Resultados), que deverá ser paga aos trabalhadores da seguinte forma: 30% até dia 31/03/2011 e 80% após 01/04/2011. A empresa que não cum-

prir com o Acordo Coletivo de Trabalho deve ser denunciada pelo trabalhador para que o Sindicato tome as devidas providências. Já recebemos denúncias e encontramos diversas irregularidades em empresas, como a falta do registro na carteira, vale transporte, vale refeição, EPI, horas extras, piso salarial menor que o acordado, entre outros.

SHV apresenta acordo de indenização para seus trabalhadores

Após três reuniões com o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo, a SHV Gás Brasil, por meio do representante Wagner, apresentou uma relação dos funcionários que vão receber, no dia 30/01/11, indenização pelo período do tempo de serviço e total das horas extra praticadas no período de um ano. Foi tirada uma média do que será pago. O valor mínimo

será de R\$ 500,00 e o máximo até R\$ 4.900,00.

Ficou agendado uma reunião para junho de 2011 para discutir o prêmio produção e o desconto do convênio médico, já que o valor atual descontado em holerite está muito elevado, de R\$ 35,01 por dependente.

De acordo com o Primeiro Secretário do Sipetrol, Juvenil Acacio de Souza, o sindicato aguarda a confirmação da data da próxima reunião.

SHV Gás demite funcionário após cirurgia

O companheiro Sidnei Cardoso foi demitido da SHV Gás Brasil, sem nenhum motivo, após passar por cirurgia de rins no dia 17/11. O trabalhador se encontra com um apare-

lho implantado no rim, e precisa continuar utilizando o convênio médico para a continuidade do tratamento médico. **Onde está a solidariedade da empresa SHV Gás Brasil?**

Combustível de trem descarrilado explode e fere cinco em Bauru

No último dia 9 de janeiro, o descarrilamento de duas locomotivas carregadas de óleo diesel e um vagão carregado de gasolina, nas proximidades do Distrito Industrial de Bauru, provocou o vazamento do combustível em um córrego e uma explosão a cerca de um quilometro do local do acidente. Cinco veículos foram atingidos pela explosão, que deixou cinco pessoas feridas, uma em estado grave.

Testemunhas disseram que o barulho e as labaredas foram percebidas de longe.

das de longe.

A explosão pode ter acontecido quando um dos veículos envolvidos deu a partida.

De acordo com a assessoria de imprensa da América Latina Logística S/A (ALL), responsável pela malha ferroviária na região de Bauru, o descarrilamento ocorreu por causa da chuva, que mexeu com a terra sob os trilhos. A empresa informou que será aberta sindicância e que dentro de 30 dias um laudo técnico apontará o que ocasionou a explosão.

Fonte: JORNAL DA CIDADE (Bauru/SP), 09/01/2011.

Entrega do IR 2011 começa em 1º de março

Este é o último ano do acordo para correção de 4,5% da tabela do IR

A Secretaria da Receita Federal publicou no último dia 13 de janeiro, no Diário Oficial da União, as regras para a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2011, ano-base 2010.

Segundo o órgão, o prazo de entrega da declaração do IR deste ano começa em 1º de março e vai até o dia 29 de abril. Quem perder o prazo está sujeito a uma multa mínima de R\$ 165,74.

ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.

Quem teve a posse ou a propriedade, em 31 de dezembro do ano passado, de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300 mil, precisa declarar IR.

A obrigação com o Fisco se aplica também àqueles contribuintes que passaram à condição de residente no Brasil, em qualquer mês do ano passado, e nesta condição se encontravam em 31 de dezembro.

A regra também vale para quem optou pela isenção do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, cujo produto da venda seja destinado à aplicação na aquisição de imóveis residenciais localizados no país, no prazo de 180 dias contados da celebração do contrato de venda.

Formas de entrega

A declaração poderá ser enviada pela internet, por meio da utilização do programa de transmissão da Receita Federal (Receitanet), ou via disquete (nas agências do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal). Neste ano, pela primeira vez, não será permitida a entrega via formulários. O ano passado foi o último ano de entrega por meio de formulários.

Obrigatoriedade

Estão obrigadas a apresentar a declaração as pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis superiores a R\$ 22.487,25 em 2010.

Os contribuintes que receberam rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40 mil no ano passado, também devem declarar.

É obrigatória a entrega para quem obteve, em qualquer mês de 2010,

Completo ou simplificado

A Receita Federal lembra que os contribuintes podem optar por dois modelos na entrega do documento: simplificado ou completo. A regra para fazer a declaração simplificada continua a mesma: desconto de 20% na renda tributável. Este desconto substitui todas as deduções legais da declaração completa. Em 2011, o limite do desconto é de R\$ 13.317,09.

■ Recisão

HOMOLOGNET e as novas regras para as rescisões

As novas regras para as rescisões em geral começaram a valer no dia 1º de janeiro de 2011. A partir de agora, será usado o Homolognet, o novo sistema de homologações das rescisões contratuais, que passam a ter seus cálculos e termos elaborados via internet.

O sistema permite que o empregador faça os cálculos e tanto o Ministério do Trabalho, quanto o sindicato da categoria e o trabalhador confirmem os dados e cálculos e

acompanhem o processo de homologação rescisória.

O HOMOLOGNET prevê mais segurança e rapidez ao trabalhador e também maior controle da assistência nas rescisões por parte da fiscalização trabalhista.

Quando usado o sistema HOMOLOGNET – cuja implantação dependerá dos órgãos regionais do Ministério do Trabalho – será necessário o cadastramento da empresa no site do Ministério do Trabalho

e os dados da rescisão serão calculados online. Serão emitidos o novo formulário do TRCT – Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho além de outros documentos obrigatórios para essas homologações.

No site do Ministério do Trabalho – www.mte.gov.br – há um link para o sistema HOMOLOGNET onde as empresas podem se cadastrar. Além disso, no mesmo link está disponível a legislação e um tutorial sobre o sistema.

O sindicato aconselha ao trabalhador que antes de assinar o termo de rescisão de contrato de trabalho, compareça ao sindicato para calcular seus direitos, pois muitas vezes os valores apresentados pela empresa não são corretos.

■ Assédio Moral

Palavrões, gritos e gestos obscenos no ambiente de trabalho geram danos morais

O juiz Hélder Vasconcelos Guimarães, titular da 17ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, analisou o caso de um líder de equipe que frequentemente utilizava palavrões, gritos e gestos obscenos para advertir e dar ordens aos seus subordinados. Ao acolher o pedido de indenização por danos morais formulado pelo trabalhador, o juiz acentuou que todo empregado tem o direito de ser tratado com urbanidade no ambiente de trabalho e o fato de serem trabalhadores braçais de baixa escolaridade não justifica o tratamento humilhante e desrespeitoso dispensado a eles.

Na avaliação do julgador, o conjunto de provas analisado foi suficiente para confirmar as alegações do empregado. Conforme salientou o magistrado, na situação em foco, a empresa deve responder pelas ofensas morais

contra a honra e boa fama de seu empregado. Isso porque, ao colocar outro empregado na condição de líder de equipe, a empregadora tinha a obrigação de orientá-lo no sentido de tratar seus subordinados de forma respeitosa, fato que não ocorreu, conforme ficou comprovado no processo. Observou o juiz que os modernos meios de comunicação contribuíram para que o uso do palavrão se tornasse corriqueiro em determinados ambientes. Porém, essa linguagem não deve ser utilizada quando se trata de relações de emprego, uma vez que, nesse contexto, as partes envolvidas, superior hierárquico e subordinado, não estão em condições de igualdade.

Entretanto, há de ser dito que no local e no horário laboravam apenas homens, trabalhadores braçais em sua maioria, de baixa escolarida-

de, propiciando, então, a utilização de palavras que seriam inadequadas certamente para outros ambientes, como num colégio de freiras, por exemplo. Há de ser dito também que o uso de palavrões, em nossos modernos tempos, passou a ser comum e corriqueiro, infelizmente, adentrando em nossas residências pela programação televisiva e de rádio com indesejável intensidade, perdendo, portanto, aquela outrora característica de horror e espanto, que tanto assustava os nossos antepassados. Mas isso não quer dizer, porém, que qualquer um aceita ou permite ofensas constantes no ambiente de trabalho, o que notoriamente haverá de ser evitado, ponderou o juiz sentenciante, condenando a empresa ao pagamento de uma indenização por danos morais, fixada em R\$1.000,00.



ESPECIAL ENCHENTES

O que você, trabalhador, precisa saber

As inundações do ano passado se repetem em 2011, e as previsões para 2012 não são nada otimistas. E o poder público é co-responsável pelos prejuízos causados pelas enchentes e deslizamentos em São Paulo, pois tanto o governo do Estado como as prefeituras têm de fazer obras de drenagem e macro-drenagem.

Os alagamentos, inundações e transbordamentos de rios, no Estado de São Paulo, e especialmente na capital e arredores, são decorrência dos investimentos insuficientes realizados pelos sucessivos governos tucanos e do DEM (prefeitura da capital).

Existe um Plano Diretor de Macro-drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê, que completou 12 anos em dezembro de 2010 e não saiu do papel.

Além da responsabilidade do poder público estadual e municipal, a imprensa também tem sua parcela de responsabilidade, já que não denuncia com veemência a falta de investimentos nas obras de combate às enchentes, o que levaria a opinião pública a pressionar estes governos e acabar com essa omissão.

O trabalhador, que sofre com as conseqüências das chuvas, fica ainda sem saber se pode ter descontado os dias em que foi impedido de chegar ao trabalho por causa das enchentes.

A falta por este motivo não está prevista na legislação, salvo os casos em que se registra a possibilidade na convenção coletiva.

Mesmo não havendo previsão em acordo ou convenção coletiva as empresas podem optar, por exemplo, em compensar estas faltas em outros dias da semana, ou ainda, lançar as horas em banco de horas, situação em que o empregado poderá compensá-las até o término do período de banco.

Para Sergio Ferreira Pantaleão, advogado responsável técnico pelo Guia Trabalhista e autor de obras na área trabalhista e Previdenciária, uma vez comprovado a impossibilidade de locomoção por fato público e notório em razão de enchentes, alagamentos ou congestionamentos, cabe às empresas optar pelo bom senso.

Nestes casos, há que se apurar se o empregado tinha ou não a possibilidade de tomar caminhos alternativos para se chegar ao trabalho.

“Se não havia outro caminho ou se o empregado faltou ao trabalho para salvar seus pertences por conta da inundação de sua residência, puni-lo com o desconto do dia não trabalhado seria uma pena excessiva, o que poderia comprometer ainda mais sua situação financeira. É importante também que em tais situações o empregado, antecipadamente, comunique a empresa do ocorrido, de modo a evitar o desconto de faltas ou negociar a compensação das horas não trabalhadas”, aconselha o advogado.

João Falsca

LEMBRE-SE: QUEM NÃO TEM SINDICATO

1. Recebe salário mínimo
2. Não tem cesta básica
3. Não tem Ticket refeição
4. Não recebe participação nos lucros
5. Não tem proteção da luta e nem da lei
6. Pode ser demitido a qualquer momento
7. Não tem direito aos serviços do Sindicato
8. Vive isolado; na hora do aperto não tem a quem recorrer

SINDICALIZE-SE!